

## JUSTA CAUSA

Por Ana Flávia Gerhardt

Em extensa e significativa entrevista dada à *Revista Eletrônica Humanidades em Diálogo* (USP), a intelectual feminista Margareth Rago, Professora de História da Unicamp (a primeira parte dessa entrevista pode ser vista [aqui](#)), fala sobre a conquista da percepção sobre o machismo como um fato concreto e inequívoco. Segundo a Professora, a discriminação, o assédio e a violência contra as mulheres é algo que existiu em toda a história da humanidade, mas apenas mais recentemente é que algumas sociedades puderam desenvolver um discurso capaz de expressar a condição de subalternidade da mulher bem como seus efeitos.

Em artigo sobre o filme *Chocolate*, ratifiquei a fala da Professora Rago e acrescentei que a possibilidade de relatar discursivamente sobre o machismo, e sobre qualquer condição humana, passa a existir apenas quando se desenvolve uma cognição acerca dessa condição, que vem atrelada à sua entrada num campo conceitual de entendimento. Essa ideia vem do fato de hoje sabermos que aquilo sobre o qual não se elaborou delimitações conceituais pode até ser capturado pelos sentidos, mas não é valorado de forma a que se possa desenvolver alguma análise sobre o que se está experimentando. Ou seja: podemos até ver as coisas, mas, sem identificá-las como conceitos, não podemos avaliá-las.

A capacidade de avaliar a violência contra as mulheres, nomeá-la como tal e reconhecer quando ela acontece é uma conquista do feminismo, que a definiu conceitualmente e pôs a nu uma das maiores mazelas dos sistemas sociais patriarcais. Graças ao pensamento feminista e à luta de muitas mulheres por mudanças cognitivas, históricas, sociais e legais em todo o mundo, podemos hoje falar sobre essa violência em termos que lhe pertencem fidedignamente e permitem que difundamos para mais e mais pessoas, mulheres e homens, as formas como ela acontece e como podemos superá-la.

*Justa causa*, de Carol Silvério, realiza a proeza de, em menos de dois minutos, sintetizar esse percurso de uma violência por séculos naturalizada, mas que nas últimas décadas foi sendo exposta em toda sua autenticidade conceitual: a violência doméstica contra as mulheres. Sabemos que se trata desse tipo específico de violência porque a diretora segmentou seu filme em cenas recortadas como pequenos flashes sequenciais dos dias da semana. Esse recorte salienta o cotidiano da personagem, que, no início de cada manhã, aparentemente se olha num espelho - um inventivo recurso que nos permite entender que ela olha a si mesma, mas, ao mesmo tempo, quebra a quarta parede exibindo-se para o espectador.

Ao apresentar a personagem dentro dessa dupla perspectiva, Carol Silvério também explora um atributo cognitivo humano importante, que é a intersubjetividade: não há fronteiras entre o olhar de qualquer pessoa sobre si mesma e o olhar que ela imagina receber de seus semelhantes. Essa possibilidade também é explorada ao longo do filme, em que a personagem de início se olha no espelho já com as primeiras marcas da violência - inequivocamente, mãos masculinas - evidentes em seu corpo, mas sem qualquer indício de

que essas marcas sejam valoradas como efeitos de ações violentas; essa falta de valoração lhe permite olhar a si mesma e, a um só tempo, olhar para o espectador e sentir-se olhada com naturalidade. O fato de ela praticamente exibir essas marcas reforça essa ideia na leitura do filme.

À medida que os dias correm e novas manhãs vão acontecendo, vindo com elas novas marcas que se somam às já existentes, a personagem continua a exibi-las. Contudo, essa exibição vem acompanhada de um crescente constrangimento em relação a elas: seu olhar não é mais tão seguro quanto o do primeiro dia, o que pode significar um início de compreensão conceitual dessas marcas como sendo marcas de pura violência, e não de qualquer manifestação de autoridade, o que por séculos se imaginou que fossem. O olhar da personagem sugere sua entrada numa dimensão cognitiva em que ela é capaz de delimitar conceitualmente o que passa com ela. Mas o fato de ainda exibi-las leva a pensar que ela ainda não adquiriu a compreensão total do que está acontecendo e, portanto, não parece estar pronta para assumir alguma ação em relação a isso.

A última e mais contundente parte do filme mostra a marca que se agrega à da violência física, que é a violência do silenciamento – em verdade, na vida “real, essas duas violências, a rigor, acontecem ao mesmo tempo. Mas é interessante pensarmos que o silenciamento foi mostrado por último para delinear uma escala de intensidade definida por Carol Silvério para as violências que as mulheres sofrem. Vindo junto com um total constrangimento e dor da personagem diante de si mesma e do espectador - ela mal consegue olhar para a frente, estando a quarta parede definitivamente quebrada -, esse silenciamento paradoxalmente inspira a ideia de que ela parece ter finalmente conseguido compreender que é violência a violência que sofre, e que pode ter passado anos pensando que era outra coisa.

Juntam-se a essa possibilidade de leitura também algumas inferências que podemos fazer em relação à marca de uma mão sobre sua boca, em contraste com as marcas em outras partes de seu corpo. Uma delas é a de que essa marca agora é tão evidente e escandalosa que ela não precisa mais se preocupar em exibi-la; aliás, nem pode, se for seu desejo, escondê-la. Não lhe resta outra alternativa senão encarar a realidade conceitual de sua condição de vítima de violência, como - é o que esperamos - parte de outras ações fundamentais para que ela possa olhar para si mesma e viver com confiança e sem medo.

Mesmo com um final que não define o que a personagem fará após essa mudança de pensamento, *Justa causa* elabora uma tese extremamente importante: a necessidade da compreensão da violência doméstica contra as mulheres como algo que efetivamente existe, que tem causas, agentes, vítimas e consequências bem definidas – compreensão sobretudo por parte de muitas mulheres, que ainda acreditam ser natural o fato de apanharem de seus parceiros, de sofrerem gaslighting, de serem humilhadas diante dos filhos e da família. *Justa causa* mostra que desnaturalizar a violência é condição fundamental para que se possa partir para a ação contra ela.

Para finalizar, vale também dizer um pouco sobre dois dados fundamentais do filme: seu título e a escolha de Carol Silvério pelo preto e branco. Em [artigo do site Consultor Jurídico](#), define-se o termo jurídico *justa causa* como “o fato ou o conjunto de fatos que justificam

determinada situação jurídica, ora para excluir uma responsabilidade, ora para dar-lhe certo efeito jurídico”. Ao reivindicar a violência doméstica como uma categoria de justa causa – ou seja, como um conceito –, Carol Silvério mostra que é preciso haver uma série de condições para ela ser reconhecida como tal. Seu filme, como um todo, denuncia a gigantesca dificuldade de combater essa violência em instâncias sociais diversas, não apenas na doméstica, mas também nos espaços públicos de diversos tipos. Se já é difícil a muitas mulheres compreenderem que estão sendo violentadas dentro de sua própria casa, provar isso juridicamente é mais difícil ainda, como a realidade tem tragicamente nos mostrado.

Por sua vez, o preto e branco do filme e as marcas brancas no corpo da atriz são outra evidência da necessidade urgente de mudanças de pensamento: a gravidade da violência doméstica é algo que se impõe por si, sem que se precise dar cores definidas a suas tintas para que saibamos, horrorizados, o que está acontecendo. Essa escolha de linguagem mostra que Carol Silvério tem noção plena do tempo em que vivemos: um tempo em que já há grandes possibilidades de entendimento e expressão conceitual da violência; um tempo em que já há ações definidas para combatê-la; mas, lamentavelmente, o tempo de varrê-la para sempre de nossas vidas ainda não chegou.